



# Câmara Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2.024, PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO EXECUTIVO MUNICIPAL REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE DE 2.024.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e cinco (2.025), nesta Cidade de Castro, Estado do Paraná, no Plenário desta Casa Legislativa, as treze (13) horas e trinta e cinco (35) minutos, perante a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, sob a Presidência do Vereador Kleber Roberto Sviercoski, Presidente da referida Comissão, o qual agradeceu a presença em Plenário do Secretário Municipal de Fazenda, José Marioli Simão, dos secretários presentes, do Vice Prefeito Reginaldo Batista Severino e dos componentes da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, Vereadores João Paulo Machado e Renato Oscar da Silva Cordeiro, respectivamente Membro e Secretário da referida Comissão, após declarou aberta esta Audiência Pública para Avaliação de Cumprimento de Metas Fiscais relativas ao terceiro (3º) quadrimestre do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), conforme solicitado pelo Prefeito Municipal, através do Ofício nº 25/2025, de doze (12) de fevereiro do corrente, de acordo com o que determina a Lei Complementar nº 141/2012, e, ainda conforme publicação de Edital de Convocação no Diário Oficial Eletrônico do Município, número três mil e noventa e nove (3.099), de dezoito (18) de fevereiro de dois mil e vinte e cinco (2025). Em seguida, o Presidente falou sobre o objetivo desta audiência pública, o qual é propiciar ao público não só a sua participação nas discussões das ações e dos investimentos governamentais na área de finanças, mas também e principalmente informar sobre a situação real em que se encontra esta pasta, bem como as medidas que serão adotadas visando a manutenção ou a busca de equilíbrio das metas fiscais em nosso Município. Em continuidade, o Presidente convidou a Senhora Dulceleia Ana dos Reis, Economista da Secretaria Municipal de Fazenda, para apresentar o Relatório de Execução do Plano Municipal de Metas Fiscais, referente ao terceiro (3º) quadrimestre do ano de dois mil e vinte e quatro (2024). A Senhora Dulceleia Ana dos Reis em sua explanação disse que essa audiência pública era para explanar sobre o Cumprimento das Metas Fiscais do Relatório referente ao Terceiro (3º) quadrimestre do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), conforme o contido no § 4º do artigo 9º e artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que nessa audiência pública seriam apresentados Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e os Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao período avaliado. E, que no tocante às Metas de Arrecadação a Previsão Inicial foi em torno de R\$ 398.109.499,00 (trezentos e noventa e oito milhões cento e nove mil e quatrocentos e noventa e nove reais), que a Previsão Atualizada ficou no montante de R\$ 446.778.377,26 (quatrocentos e quarenta e seis milhões setecentos e setenta e oito mil trezentos e setenta e sete reais e vinte e seis centavos), que com relação à Previsão Atualizada estão todos os convênios e contratos de repasse. No que diz respeito às Receitas Arrecadadas esta ficou no valor de R\$ 438.490.511,17 (quatrocentos e trinta e oito milhões quatrocentos e noventa mil quinhentos e onze reais e dezessete centavos), existindo um Déficit Orçamentário entre a Receita Arrecadada e a Atualizada, porque não entraram para alguns convênios todas as receitas do Exercício Financeiro do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), no valor de R\$ 8.287.866,09 (oito milhões duzentos e oitenta e sete mil oitocentos e sessenta e seis reais e nove centavos). Destacou que as Receitas são compostas de Receitas Correntes, que foram no valor de R\$ 431.190.712,50 (quatrocentos e trinta e um milhões cento e noventa mil



# Câmara Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

setecentos e doze reais e cinquenta centavos). e as Receitas de Capital no valor de R\$ 7.299.798,67 (sete milhões duzentos e noventa e nove mil setecentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos), totalizando o valor de R\$ 438.490.511,17 (quatrocentos e trinta e oito milhões quatrocentos e noventa mil quinhentos e onze reais e dezessete centavos). No que concerne às Receitas Correntes, Impostos, Taxas, Contribuições de Melhoria o valor foi de R\$ 82.421.192,43 (oitenta e dois milhões quatrocentos e vinte e um mil cento e noventa e dois reais e quarenta e três centavos), desse montante o valor referente ao IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) é de R\$ 15.138.455,21 (quinze milhões cento e trinta e oito mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte e um centavos), o valor relativo ao ISS (Imposto Sobre Serviços) é de R\$ 27.687.455,29 (vinte e sete milhões seiscentos e oitenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte e nove centavos), no que diz respeito ao ITBI (Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis), o valor foi de R\$ 9.074.712,20 (nove milhões setenta e quatro mil setecentos e doze reais e vinte centavos), relativo ao IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) foi o valor de R\$ 19.169.088,13 (dezenove milhões cento e sessenta e nove mil oitenta e oito reais e treze centavos) e no que concerne as taxas, o valor foi de R\$ 11.351.481,60 (onze milhões trezentos e cinquenta e um mil quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos). As Receitas de Contribuições recaíram no valor de R\$ 5.466.878,72 (cinco milhões quatrocentos e sessenta e seis mil oitocentos e setenta e oito reais e setenta e dois centavos), que o valor referente a essas receitas de contribuições refere-se à COSIP (Contribuição para o Custeio de Iluminação Pública), que a Receita Patrimonial ficou no montante de R\$ 13.340.913,81 (treze milhões trezentos e quarenta mil novecentos e treze reais e oitenta e um centavos). A Receita de Serviços ficou no valor de R\$ 963.671,56 (novecentos e sessenta e três mil seiscentos e setenta e um reais e cinquenta e seis centavos). No tocante às Receitas Correntes, estas receitas são compostas das Transferências Correntes, que vem do governo federal e estadual, o total de Transferências Correntes ficou no valor de R\$ 324.343.315,90 (trezentos e vinte e quatro milhões trezentos e quarenta e três mil trezentos e quinze reais e noventa centavos), que esses valores são provenientes do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), o qual teve o valor de R\$ 68.218.628,59 (sessenta e oito milhões duzentos e dezoito mil seiscentos e vinte e oito reais e cinquenta e nove centavos). O ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias) ficou no valor de R\$ 121.485.682,51 (cento e vinte e um milhões quatrocentos e oitenta e cinco mil seiscentos e oitenta e dois reais e cinquenta e um centavos). O IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores ficou no valor de R\$ 16.737.155,33 (dezesseis milhões setecentos e trinta e sete mil cento e cinquenta e cinco reais e trinta e três centavos), o ITR (Imposto Territorial Rural) restou no montante de R\$ 3.317.608,01 (três milhões trezentos e dezessete mil seiscentos e oito reais e um centavo), o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), o seu valor foi o de R\$ 1.860.024,87 (um milhão oitocentos e sessenta mil vinte e quatro reais e oitenta e sete centavos), o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação, cujo valor é de R\$ 70.650.280,96 (setenta milhões seiscentos e cinquenta mil duzentos e oitenta reais e noventa e seis centavos) e Outras Transferências Correntes, sendo o seu valor de R\$ 42.073.935,63 (quarenta e dois milhões setenta e três mil novecentos e trinta e cinco reais e sessenta e três centavos). Que em se tratando de Demais Receitas Correntes, o seu valor foi de R\$ 5.638.411,64 (cinco milhões seiscentos e trinta e oito mil quatrocentos e onze reais e sessenta e quatro centavos), que esse valor das demais Receitas Correntes se refere a multas,



# Câmara Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

juros e os convênios. As Receitas de Capital foram do valor de R\$ 7.299.798,67 (sete milhões duzentos e noventa e nove mil setecentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos), sendo que as Transferências da União somaram o valor de R\$ 1.574.500,00 (um milhão quinhentos e setenta e quatro mil e quinhentos reais) e as Transferências do Estado somaram o valor de R\$ 5.725.298,67 (cinco milhões setecentos e vinte e cinco mil duzentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos). No que diz respeito às Despesas, referente à Avaliação do Cronograma de Desembolso, As Despesas Empenhadas possuem o valor de R\$ 414.196.530,31 (quatrocentos e quatorze milhões cento e noventa e seis mil quinhentos e trinta reais e trinta e um centavos). No que se refere às Despesas Empenhadas, fazem parte deste bloco, as Despesas Correntes que foram no valor de R\$ 362.423.197,53 (trezentos e sessenta e dois milhões quatrocentos e vinte e três mil cento e noventa e sete reais e cinquenta e três centavos), as Despesas de Capital o valor foi de R\$ 51.773.332,78 (cinquenta e um milhões setecentos e setenta e três mil trezentos e trinta e dois reais e setenta e oito centavos). As Despesas Correntes Empenhadas, no que se refere a Pessoal e Encargos Sociais, o valor foi de R\$ 191.366.958,28 (cento e noventa e um milhões trezentos e sessenta e seis mil novecentos e cinquenta e oito reais e vinte e oito centavos), os Juros e Encargos da Dívida somaram o valor de R\$ 3.339.481,50 (três milhões trezentos e trinta e nove mil quatrocentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos) e Outras Despesas Correntes recaíram no valor de R\$ 167.716.757,75 (cento e sessenta e sete milhões setecentos e dezesseis mil setecentos e cinquenta e sete reais e setenta e cinco centavos). Despesas de Capital Empenhada, neste bloco constam Investimentos que no período avaliado foram no valor de R\$ 47.060.385,42 (quarenta e sete milhões sessenta mil trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), que esse valor foi para investimentos. A Amortização da Dívida teve o montante de R\$ 4.712.947,36 (quatro milhões setecentos e doze mil novecentos e quarenta e sete reais e trinta e seis centavos). Os Restos a Pagar Processados Inscritos em Exercícios Anteriores tiveram o montante de R\$ 232.587,80 (duzentos e trinta e dois mil quinhentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos), os Inscritos em trinta e um (31) de dezembro de dois mil e vinte e quatro (2024), foi o valor de R\$ 3.721.526,34 (três milhões setecentos e vinte e um mil quinhentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos), esses Restos a Pagar Processados referem-se à empenhos, cujas notas fiscais já chegaram e não foram pagas no final de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), ficando para o Exercício de dois mil e vinte e cinco (2025). Os Restos a Pagar não Processados (empenhados e não liquidados), Inscritos em Exercícios Anteriores, são no valor de R\$ 7.683.743,71 (sete milhões seiscentos e oitenta e três mil setecentos e quarenta e três reais e setenta e um centavos), os Inscritos em trinta e um (31) de dezembro de dois mil e vinte e quatro (2024) recaiu no valor de R\$ 52.928.802,58 (cinquenta e dois milhões novecentos e vinte e oito mil oitocentos e dois reais e cinquenta e oito centavos), estes são empenhos que estão aguardando a chegada ou a conclusão de serviços para serem pagos esse ano. A Dívida Consolidada Líquida, Bloco de que fazem parte a Dívida Consolidada cujo valor é de R\$ 26.171.815,54 (vinte e seis milhões cento e setenta e um mil oitocentos e quinze reais e cinquenta e quatro centavos), as Deduções apresentaram o valor de R\$ 162.763.098,62 (cento e sessenta e dois milhões setecentos e sessenta e três mil noventa e oito reais e sessenta e dois centavos), essas Deduções são os valores em caixa e os restos a pagar, o que corresponde à Dívida Consolidada Líquida no valor de – 136.591.283,08 (cento e trinta e seis milhões quinhentos e noventa e um mil duzentos



# Câmara Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

e oitenta e três reais e oito centavos), correspondendo a seis vírgula zero nove por cento (6,09%) da Receita Corrente Líquida, que o Limite estabelecido pelo Senado Federal é de cento e oito por cento (108%) da Receita Corrente Líquida, o que corresponderia ao valor de R\$ 463.957.969,50 (quatrocentos e sessenta e três milhões novecentos e cinquenta e sete mil novecentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos). No assunto Receitas e Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, fazem parte destas Receitas, as Receitas Recebidas do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação), que ficaram no valor de R\$ 71.252.056,54 (setenta e um milhões duzentos e cinquenta e dois mil cinquenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos). No que concerne às Despesas com Pagamento de Profissionais do Magistério até o Quadrimestre o valor foi de R\$ 63.614.323,68 (sessenta e três milhões seiscentos e quatorze mil trezentos e vinte e três reais e sessenta e oito centavos), com o mínimo de setenta por cento (70%) do FUNDEB aplicado na Remuneração dos Profissionais no valor de noventa e um vírgula sessenta e seis por cento (91,66%). No que diz respeito às Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o total da Receita com Impostos ficou em R\$ 333.643.880,76 (trezentos e trinta e três milhões seiscentos e quarenta e três mil oitocentos e oitenta reais e setenta e seis centavos). Desse valor o Município deveria usar em Educação o percentual de vinte e cinco por cento (25%), conforme o contido na Constituição Federal, e três por cento (3%) previsto na Lei Orgânica do Município, sendo que o Total das Despesas para fins de Limite Constitucional Aplicado em Educação foi o valor de R\$ 94.256.127,03 (noventa e quatro milhões duzentos e cinquenta e seis mil cento e vinte e sete reais e três centavos), tendo sido utilizado o percentual de vinte e oito vírgula vinte e cinco por cento (28,25%) das Receitas Resultantes de Impostos em MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino), atingindo o índice. As Despesas Próprias com Saúde abrangem Receitas de Impostos Líquida e Transferências Constitucionais Legais, o valor foi de R\$ 325.845.067,33 (trezentos e vinte e cinco milhões oitocentos e quarenta e cinco mil sessenta e sete reais e trinta e três centavos), desse valor o Município deveria gastar o percentual de quinze por cento (15%) com a Saúde, percentual previsto na Constituição Federal, desse valor o Município empenhou como Despesas Próprias Empenhadas com Ações e Serviços Públicos de Saúde o valor de R\$ 24.437.937,84 (vinte e quatro milhões quatrocentos e trinta e sete mil novecentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos), o que corresponde ao percentual de vinte e dois vírgula cinquenta por cento (22,50%). Em se tratando de Despesas com Pessoal a Receita Corrente Líquida ficou no valor de R\$ 425.792.712,50 (quatrocentos e vinte e cinco milhões setecentos e noventa e dois mil setecentos e doze reais e cinquenta centavos). A Despesa Total com o Pessoal – Executivo ficou em R\$ 173.289.966,87 (cento e setenta e três milhões duzentos e oitenta e nove mil novecentos e sessenta e seis reais e oitenta e sete centavos), sendo que o percentual do Total das Despesas com Pessoal para Fins de Apuração do Limite é de quarenta vírgula setenta por cento (40,70%), sendo que o Limite de Alerta, conforme o disposto no inciso II do § 1º do Artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal é de quarenta e oito vírgula sessenta por cento (48,60%), o que se pode constatar que o Município encontra-se abaixo desse valor. Nas Considerações Finais a Senhora Dulceleia Ana dos Reis, Economista da Secretaria Municipal de Fazenda, mencionou em sua explanação que o Município teve um desempenho favorável do exercício de R\$ 78.812.104,40 (setenta e oito milhões oitocentos e doze mil cento e quatro reais e quarenta centavos), desconsiderando os valores empenhados com recursos do



# Câmara Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

exercício anterior de R\$ 54.518.123,54 (cinquenta e quatro milhões quinhentos e dezoito mil cento e vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos), que ficou demonstrado assim atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Encerrada a apresentação, o Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento agradeceu a Economista da Secretaria Municipal de Fazenda, Dulceleia Ana dos Reis, pela sua fala e deixou a palavra aos vereadores para que pudessem fazer seus questionamentos. O Vereador Renato Oscar da Silva Cordeiro, Secretário da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, fez uso da palavra para agradecer a presença de todos, bem como, agradecer a Economista Dulceleia Ana dos Reis pela sua apresentação, ao mesmo tempo em que enalteceu a sua contribuição como profissional junto à Secretaria Municipal de Fazenda. Continuando sua fala perguntou a Senhora Dulceleia Ana dos Reis, se há possibilidade de se fazer no Município projetos com empresas de médio e alto porte para alinhar esses projetos com projetos esportivos e descontar no IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) dessas empresas, se essa possibilidade afetaria muito a questão orçamentária, que isso seria dentro da legalidade, que alguns municípios usam essa ferramenta, que é algo benéfico para determinados projetos em especial. O Secretário Municipal de Fazenda, José Marioli Simão antes de responder ao questionamento do Vereador Renato Oscar da Silva Cordeiro, deu Boa Tarde ao Senhor Presidente, aos demais membros da Mesa e as pessoas presentes nesta audiência pública e, em seguida respondendo à pergunta formulada pelo referido vereador e Secretário da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, disse que tudo começa com uma idéia como a sua, que se encaminha para o jurídico, que depende de um parecer jurídico para se averiguar a legalidade, se enquadra-se dentro da legalidade, que a partir daí tem absoluta certeza que se estiver dentro da legalidade, se a Prefeitura puder fazer, que sem dúvida é um projeto exitoso, que teríamos que encaminhar a proposta ao Poder Público, encaminhá-íamos para um parecer da Procuradoria e, que a partir daí começa a andar, ou sim ou não, que temos que trabalhar dentro da legalidade, que vocês sabem mais que nós, que são fiscais do povo, eleitos pelo povo para realmente fiscalizar, que essa idéia é um idéia boa, mas temos que começar o processo. Finalizando sua fala disse “está na sua mão vereador”. Também fez uso da palavra o Vereador João Paulo Machado, tendo questionado a Economista Dulceleia Ana dos Reis sobre a contratação de mais professores, perguntou que projeção a Prefeitura tem hoje com relação aos gastos de quadriênio com professores porque sabemos que a demanda em nossa cidade é muito grande, mas também sabemos que falta professores, tendo dito e se essa contratação não vai ainda aumentar mais o índice do gasto com dinheiro que é repassado do governo federal para o Município. A Economista Dulceleia Ana dos Reis respondeu que em relação às dobras a partir do momento que há a substituição das dobras elas estarão substituindo o valor que é utilizado hoje, então quem está dobrando ele sai da dobra e entra o profissional novo, contratações novas elas vão onerar o FUNDEB, então deveria se estar aumentando a receita gasta nos vinte e cinco por cento (25%). Não havendo mais nenhum vereador querendo fazer perguntas, o Presidente deixou a palavra aos cidadãos presentes que quisessem se manifestar, tendo solicitado que caso quisessem se manifestar que se identificassem porque na ata desta audiência pública deve constar o nome completo dos cidadãos que fossem fazer questionamentos. Não havendo manifestações por parte dos cidadãos, o Presidente comunicou a todos que seria lavrada ata desta audiência pública, a qual, estaria disponível no site desta Casa Legislativa, bem como, convidou a todos os presentes que não assinaram a lista de



# Câmara Municipal de Castro

ESTADO DO PARANÁ

presença que a assinassem, e, agradecendo a participação do Senhor José Marioli Simão, Secretário Municipal de Fazenda, dos Vereadores João Paulo Machado e Renato Oscar da Silva Cordeiro, respectivamente Membro e Secretário da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, da Senhora Dulceleia Ana dos Reis, Economista da Secretaria Municipal de Fazenda, dos demais secretários, do Vice Prefeito e de todos que participaram desta audiência pública, declarou-a encerrada, audiência esta da qual foi elaborada esta ata, que vai assinada pelo Presidente, Secretário e Membro da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, respectivamente Vereadores Kleber Roberto Sviercoski, Renato Oscar da Silva Cordeiro e João Paulo Machado, pelo Secretário Municipal de Fazenda, José Marioli Simão e pela Economista da Secretaria Municipal de Fazenda, Dulceléia Ana dos Reis.

Dulceleia Ana dos Reis  
Economista da Sec. Mun. de Fazenda

Kleber Roberto Sviercoski  
Presidente da C.F.O

Renato Oscar da Silva Cordeiro  
Secretário da C.F.O

José Marioli Simão  
Secretário Mun. de Fazenda

João Paulo Machado  
Membro da C.F.O